

Élites brasileiras: uma comparação de las oligarquías en la Primera República (1889-1930)

*Larissa Rodrigues Vacari de Arruda

**Prof.^a Dr.^a. Maria Teresa Miceli Kerbauy

I- Introdução

Após os processos de Independência na América Latina entre os anos de 1804 a 1825, o Brasil tornou-se uma ilha cercada por um mar de Repúblicas. A América portuguesa manteve-se unida territorialmente sob o regime monárquico, enquanto a América espanhola dividiu-se em Repúblicas, acrescentando mais uma diferença, já que a Colonização portuguesa e a espanhola na América apresentaram distinções marcantes (HOLANDA, 2009).

A manutenção da união territorial foi um dos motivos pelos quais a elite optou pela Monarquia (CARVALHO, 1993). O regime republicano era identificado com divisão territorial, e com temor da libertação dos escravos, haja visto o caso do Haiti. A Monarquia garantia a paz diante dos conflitos das facções regionais, mantinha a ordem social, a escravidão e unidade, assim “a integração territorial foi a principal dimensão estratégica da formação do Estado brasileiro” (ALCANTÁRA, 1993).

Dessa maneira, o período monárquico (1822-1889) cumpriu sua função de manter grande porção territorial unida – mesmo perante o fato da pouca ligação entre partes e do forte regionalismo. A configuração política imperial apresentava uma dinâmica em que os conflitos regionais eram controlados pelo poder central. Assim, nas províncias grupos disputavam o poder, mas era do centro que partia a indicação e a retirada de grupos do governo provincial.

As interferências centralizadoras criaram insatisfações dos grupos regionais, que queriam controle completo da política da província. A solução encontrada contra os desmandos do poder central foi a República e o federalismo. Assim, Primeira República (1889-1930) atendeu a maior insatisfação das elites: autonomia estadual em relação ao poder central.

As bases precárias da República a caracterizou como um período turbulento e instável, mas nem por isso as práticas políticas deixaram de institucionalizar-se. Pelo

* Mestranda em Ciência Política no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UFSCar. Bolsista Fapesp.

**Professora do Departamento de Antropologia, Política e Filosofia, da Faculdade de Ciências e Letras, da Unesp - Araraquara.

contrário, os atores encontraram maneiras de contornar as vicissitudes, mesmo que para o intento fossem utilizadas formas que anulassem a competição democrática, tais como as envolvidas com a política dos governadores e o coronelismo. Embora a “[...] ‘democracia republicana’ tenha muito pouco de democracia, nem por isso deixaria de institucionalizar-se e de ter força valorativa” (CARDOSO, 2006, p.51, nota34).

De maneira que, sua dinâmica conflituosa não impediu que a Primeira República fosse o período mais longo da história política brasileira no tumultuado século XX. O referido século foi permeado por avanços e retrocessos na cidadania, com curtos momentos democráticos e dois ditatoriais, já que não se pode considerar a Primeira República efetivamente democrática (SANTOS, 2003).

O agitado século iniciou-se sob a Primeira República, que em 1930 findou-se com a Revolução. O movimento deu início a Era Vargas, composta por dois distintos períodos: pela Segunda República (1930-1937) e o Estado Novo (1937-1945) - a ditadura civil de Getúlio Vargas. Após a deposição do ditador em 1945, a abertura democrática entre os anos de 1945 até 1964 foi denominada de Democracia Populista. Caracterizada por ter sido um momento político tumultuado, gerando a paralisia decisória (ALCANTÁRA, 1993), a resposta foi o golpe militar de 1964. A Ditadura Militar no país perdurou até a lenta reabertura democrática do final dos anos 80. Portanto, diante da sua longevidade a Primeira República representa patente institucionalização das práticas políticas, e também importância na aprendizagem democrática, uma vez que a experiência nos legou diversos pontos a serem superados, a fim de alcançar maior qualidade democrática.

Em todo o movimento histórico acima apontado, notamos o tortuoso caminho percorrido pela democracia brasileira, e com o passar do tempo houve maior incorporação de grupos na arena política – mesmo com alguns retrocessos. Em contrapartida, o período abordado foi um dos momentos ápice de exclusão popular e domínio de poucos.

Na República Oligárquica o povo foi excluído de seus direitos e suas questões foram tratadas com violência e repressão. Os direitos civis só existiam no papel, e o regime quase eliminou os direitos políticos (CARVALHO, 1988), uma vez que a maioria da população era impedida de votar¹. Assim, o domínio político ficava circunscrito aos pequenos grupos estaduais.

¹ Desde a Lei Saraiva de 1881 ficou vedado aos analfabetos o direito de voto, além de serem proibidos também mulheres, mendigos e praças de pré. A República nada alterou a situação, apenas reduziu a comprovação de renda exigida desde o Império. As mulheres tiveram direito de voto na Constituição de 1934, embora não tenham havido eleições no Estado Novo (1937-1945). Os analfabetos só tiveram direito de voto na Constituição de 1988.

Nos estados as oligarquias controlavam a política local, e a política nacional era dirigida pelos estados de São Paulo e Minas Gerais. De maneira que, em São Paulo a oligarquia era formada pelo Partido Republicano Paulista; no Amazonas, pelos Nery; no Pará, pelos Montenegro; no Maranhão, por Benedito Leite; no Ceará, pela família Acióli; no Rio Grande do Norte, por Pedro Velho; em Pernambuco, pelos Rosa e Silva; no Rio de Janeiro, por Porciúncula e Nilo Peçanha; em Santa Catarina, por Lauro Müller; no Alagoas, pelos Malta; em Sergipe, pelo Padre Olímpio e pelo general Valadão; na Paraíba, por Venâncio Neiva e Eptácio Pessoa; em Mato Grosso, pelos Murtinho; e no Espírito Santo, por Jeronimo Monteiro (CARONE, 1970, p.274-275).

Diante do panorama do domínio elitista, o presente trabalho objetiva comparar os tomadores de decisão dos estados. O enfoque na tentativa de abarcar o maior número possível das situações estaduais, deve-se ao grande número de obras que focam-se nos estados de São Paulo e Minas Gerais para explicar a República Oligárquica, ou aqueles que analisam detidamente apenas uma oligarquia. Portanto, a comparação aqui enquadra-se no sentido de contribuir para a compreensão política que abarque o máximo possível do todo, recusando-se a utilizar o acentuado protagonismo de duas unidades federativas para explicar a multiplicidade das configurações políticas dos demais 18 estados².

Para a comparação dos domínios oligárquicos organizamos o trabalho em mais quatro partes. A seguir tratamos dos motivos da queda da Monarquia e feitura da República, já que um período se contrapõe ao outro. Para em seguida adentrarmos importantes questões, como federalismo, política dos governadores e coronelismo. As duas próximas partes relatam exemplos históricos, a primeira mais focada no arranjo oligárquico que almejava o poder nacional, e a segunda as realidades estaduais. Para então traçarmos os pontos de similaridade e destoantes dos grupos.

II- Queda Monárquica e a Proclamação da República

O fim da Monarquia ocorreu por uma somatória de fatores como, por exemplo, as tendências federalistas, o movimento republicano, a crise religiosa, a questão militar, o problema servil, a sucessão imperial, o predomínio de uma aristocracia decadente, a

² Com a Primeira República as províncias imperiais tornaram-se estados, existiam à época 20 unidades federativas.

ascensão de novas oligarquias, a crescente urbanização e a lenta renovação das instituições do Império (CARONE, 1977).

Dos fatores citados, Cardoso (2006) aponta a Questão Militar como significativa para o processo, pois dela resulta o apoio militar a República. Os militares já faziam críticas ao regime acerca da corrupção e “politicagem”, e passaram cada vez mais constatar que o Império não atendia seus anseios, pois desde a Guerra do Paraguai (1864-1870) tomaram consciência de sua importância, assim, nascia um sentimento de pertencer a uma espécie privilegiada. “O *esprit de corps* militar surgia através de uma espécie de fusão mística entre a corporação e a pátria. Para que ela se objetivasse, entretanto, faltava a substância transfigurada que lhe daria contorno real: um Estado Reformado” (CARDOSO, 2006, p.32). Deste modo, para os militares era necessária uma mudança, que significava o fim da Monarquia. A questão militar foi “... a manifestação política... de oficiais em defesa de sua corporação...” (CARDOSO, 2006, p.33), ela eclodiu 1887.

Além da perda de apoio por parte dos militares, houve nos anos finais a decomposição da ordem senhorial e escravocrata. Cardoso (2006) assinala que desde o fim do tráfico negreiro, com a imigração e expansão do café dos anos 1870 a dinâmica econômica se assentou em outras forças.

Esta mudança econômica, de acordo com Queiroz (1976) formou duas zonas distintas, a primeira no vale do Paraíba - Rio de Janeiro. Os fluminenses enriqueceram com o Império e tinham representação neste regime, além de sua economia basear-se na escravidão. A decadência do Rio de Janeiro começou a partir de 1870 e se concretizou com a Abolição dos escravos em 1888.

Enquanto se processava a decadência fluminense, o estado de São Paulo apresentava maior força econômica. Os paulistas utilizavam trabalho assalariado, logo, não foram atingidos com a Abolição. Então, declinava o estado do Rio de Janeiro e ascendia São Paulo. A força econômica paulista e a não representação política, leva-os a proclamação de um regime para seu comando politicamente, segundo a autora.

Erguendo-se uma nova região produtiva (São Paulo) e não figurando seus representantes, de maneira satisfatória, no governo que continuava nas mãos dos representantes de regiões anteriores e decadentes (Nordeste e Vale do Paraíba-RJ), o resultado foi a República. (QUEIROZ, 1976, p. 131)

Dessa maneira, tomaram os paulistas a condução política da Primeira República, construindo instituições necessárias para sua sustentação.

III-Configuração Política na Primeira República: federalismo, política dos governadores e coronelismo

No Brasil as ideias federalistas nasceram com os movimento separatistas do século XIX, pois o federalismo sempre esteve intimamente ligado ao Regionalismo – o fenômeno caracteriza-se por uma pauta de comportamento político, na qual os atores regionais aceitam a existência do Estado-Nação, mas buscam o favoritismo econômico (LOVE, 1993). Posteriormente, o Federalismo ressurgiu com a bandeira liberal de Tavares Bastos e com a propaganda republicana, sendo institucionalizado na República de 1889 (ALCANTÁRA, 1993).

O pacto federalista faz-se necessário quando um país apresenta multiplicidade cultural, social a ponto de colocar-se em questão a desintegração nacional, mas ao mesmo tempo existe a defesa da integridade territorial contanto que se mantenha a autonomia local. Assim, o arranjo federativo é uma parceria com divisão de poder entre os parceiros, que necessita de uma Constituição estabelecendo os termos do poder compartilhado, e a divisão de poder em bases territoriais (ABRUCIO, 2005).

Para Lijphart (2003) as diferenças entre o Federalismo e o sistema unitário são evidenciadas pela descentralização do primeiro e centralização do segundo. Outra distinção é o Poder Legislativo, unicameral no sistema unitário e bicameral no Federalismo - com duas casa fortes e com diferente forma de composição. A Constituição é flexível no Federalismo e rígida no sistema unitário. O Federalismo também outorga ao Legislativo a constitucionalidade das leis enquanto que no sistema unitário esta revisão cabe a uma corte suprema. Por fim, a independência ou não dos Bancos Centrais.

O federalismo instaurado no Brasil foi muito diferente dos demais países, tanto no que diz respeito a sua formação quanto a significação. Em países como Estados Unidos (ABRUCIO, 1998) e México (VÁZQUEZ, 1993), primeiro ocorreu a formação de unidades territoriais autônomas, e depois a da União. No Brasil inexistiam unidades territoriais autônomas, sendo formado primeiramente a União e depois as unidades federativas.

Além desta inversão, o significado do federalismo no Brasil é outro. Nos demais países o federalismo denota união para defesa comum, aqui a significação é estritamente ligada à autonomia. Isto deve-se a contraposição do federalismo brasileiro ao centralismo monárquico, pois durante o Império a qualquer momento poderiam ser trocadas as lideranças estaduais, assim, as elites que estavam no poder a qualquer momento poderiam

ser alteradas, ao sabor da vontade do Imperador. O federalismo nasceu em contraposição ao poder central imperial, uma vez que a demanda das elites era a descentralização e a não interferência nos estados.

Merece mencionarse el hecho singular de que Brasil es el único país de tradición federal em que el término federación, aún hoy, se indentifica com descentralización, en lugar de significar, como ocurrió em Estados Unidos y en los demás países, la organización de la unión (ALCÂNTARA, 1993. P.308).

A significação peculiar do federalismo, ligada a autonomia e descentralização, fez com que a Primeira Republica concentra-se inúmeras competências aos estados³. Comparado a Constituição argentina (1853, revisada em 1860), mexicana (1857 e revisada em 1917) e das outras repúblicas latino-americanas, o Federalismo brasileiro foi o mais descentralizador (LOVE, 1993). Nestes dois países as províncias tinham restrições, por exemplo, não podiam recrutar tropas. Enquanto que os estados brasileiros de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais tinham tamanha força militar que podiam impedir a intervenção do governo federal.

Soma-se as várias atribuições dos estados conferidas no pacto federativo, a uma outra importante característica: a falta de interdependência entre as unidades federativas que acarretava no desequilíbrio federativo. Como citado, a feitura do novo regime liga-se as mudanças do eixo econômico ocorridas no país, ou seja, maior dinâmica econômica no estado de São Paulo, que anteriormente situava-se no estado do Rio de Janeiro e na região Nordeste. De modo que os paulistas tiveram participação ativa na feitura da República, e sobretudo, na condução da política nacional republicana. Assim, o estado de São Paulo e o de Minas Gerais eram mais forte que a União e conduziram o país.

O desequilíbrio federativo mostrava-se na submissão que as demais unidades federativas tiveram perante estes dois estados. Os estados do Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e Bahia, eram estados médios, influenciavam a medida que os dois estados condutores se desentendiam. Para os demais estados o governo federal era mais forte, cabia a estes adaptarem-se ao cenário, pois mal podiam viver sozinhos, já que dependiam de verbas federais.

³ O estados detinham a propriedade das minas e das terras devolutas, podiam realizar entre si ajustes e convenções, sem caráter político. Além de legislar sobre qualquer assunto que não lhes foi negado pela União, o que de fato permitia cobrar impostos interestaduais, decretar impostos de exportação, contrair empréstimos no exterior, elaborar sistema eleitoral e judiciário próprio, organizar força militar (RESENDE, 2003, p.92).

Em suma, a federação tem sua origem em dois parâmetros básicos: uma hierarquia de importância dos estados dentro da Federação, que determinará o domínio de São Paulo e Minas Gerais no plano nacional; e a garantia de que no âmbito interno dos estados a elite local comandará por si só o processo político, determinando autonomamente as regras do jogo eleitoral, sem a ameaça das “derrubadas” imposta pelo governo imperial (ABRUCIO, 1998, p.34-5).

Deste modo, os estados não tinham o mesmo peso, e nas unidades federativas grupos oligárquicos comandaram a política estadual. Para a compreensão da configuração fechada e restrita do período, faz-se necessária a utilização da Teoria das Elites. Os autores do elitismo partem da premissa que um pequeno grupo organizado governa e dirige um grande grupo desorganizado:

[...] em todas las sociedades, desde las medianamente desarrolladas, que apenas han llegado a los preámbulos de la civilización, hasta las más cultas y fuertes, existen dos clases de personas: la de los gobernantes y la de los gobernados. La primera, que siempre es la menos numerosa, desempeña todas las funciones políticas, monopoliza el poder y disfruta de las ventajas que van unidas a él. La segunda, más numerosa, es dirigida y regulada por la primera de una manera más o menos legal, o bien de un modo más o menos arbitrario y violento, y recibe de ella, al menos aparentemente, los medios materiales de subsistencia y los indispensables para la vitalidad del organismo político (MOSCA, 1993).

Da “genealogia consagrada” italiana/alemã – Mosca, Pareto e Michels - segundo Grynszpan (1996), a Teoria das Elites ganhou vigor em solo norte-americano. O fortalecimento da teoria acontece na mesma medida que a democracia americana passa ser vista como utópica e deixou de ser entendida como governo do povo. Os motivos para a mudança são explicados pelo contexto do início do século XX, com a ascensão de regimes totalitários os teóricos chegam a conclusão que o apoio do povo não era sinônimo de democracia, pois são passíveis de engano. Logo, o povo era incompetente para governar, sendo necessárias elites para governar.

Schumpeter (1984, p.308), em *Capitalismo, Autoritarismo e Democracia*, critica o conceito de povo, a democracia como governo do povo é uma definição imprecisa, com muitas definições possíveis. Assim, o autor defende que a democracia é um método de tomada de decisões, em que as elites devem competir e cabe ao povo aprovar/produzir governos.

[...] assumimos agora a visão de que o papel do povo é produzir um governo, ou melhor um corpo intermediário que, por sua vez, produzirá um governo ou um executivo nacionais... o método democrático é aquele acordo institucional para se chegar a decisões políticas em que os indivíduos adquirem o poder de decisão de uma luta competitiva pelos votos da população (SHUMPETER,

O autor une, então, democracia e elitismo. Como as massas são consideradas incompetentes para governar, as elites são indispensáveis. Dessa forma, a competição entre as elites pela preferência popular impede que se formem oligarquias. Segundo esta concepção, o que ocorria no Brasil republicano é explicado pela exclusão do povo no processo de formação de governos, que resultava na formação de oligarquias.

No Brasil a grande presença da família na organização social (HOLANDA, 2009) deu um significado a mais ao conceito de oligarquia. Carone (1970) explicita que o conceito de oligarquia, que é o governo da minoria, liga-se a um governo baseado na estrutura familiar. Assim, os domínios oligárquicos foram também domínio de famílias, mas, nada impedia que houvesse algumas exceções.

A natureza da elite foi discutida por Wright Mills (1975) e Robert Dahl (1958), o primeiro autor acreditava que a elite caracterizava-se por ser monolítica, apenas uma. Já Dahl defendia que a pluralidade das elites, e criticou duramente Mills. Para Dahl a definição de elite de Mills decorre do processo democrático, ou seja, basta ser eleito para pertencer à elite, afirma que Mills não prova que existe de fato uma elite governante, sendo esta uma entidade metafísica e oculta. Dahl defende que não basta ser eleito para se configurar em uma elite governante, o que só ocorre quando os governantes impõem sua vontade sobre os demais, desconsiderando as massas. Propõe, então, um teste com duas perguntas para comprovar a existência da elite:

1. As preferências dos governantes são iguais às dos governados?
2. Se for diferente qual prevalece?

Se houver diferença na preferência entre governantes e governados e prevalecer a vontade dos governantes, caracteriza-se uma elite governante. Todavia se os governos corresponderem as preferências de seus governados, então, não configura-se.

Aplicando o teste de Dahl nas configurações políticas republicanas percebemos nitidamente a existência de elites, pois na divergência de preferências prevalecia a vontade dos governantes. A preferência dos governados era completamente ignorada, e nas várias manifestações, protestos, greves que ocorreram na República a resposta foi a repressão policial para as reivindicações.

Interessante notar, como o pensamento de um dos mais importantes presidentes republicanos compactua perfeitamente com a Teoria das Elites. O presidente Campos Sales acreditava que a direção política cabia a poucos e não a massa (CARONE, 1969),

criou formas de eliminar a livre competição possibilitando, assim, o reino das oligarquias. Um de seus maiores legados foi ter formulado a “Política dos Governadores”.

A política objetivava encontrar algum modo de governar, já que a primeira década República foi instável, passando por golpe e contragolpe de Estado. O presidente queria achar uma fórmula capaz de gerar uma mínima estabilidade, pois além dos problemas na esfera federal, eclodiam disputas nos estados. A política dos governadores girava em torno de um sistema de apoio, em que a competição – as oposições – foram asfixiadas, do âmbito estadual somente assumia mandato aqueles que apoiassem o governo federal.

A política dos Governadores, conforme Cardoso (2006), consistia em 1º) Diante da independência dos Poderes prevaleceria a Presidência da República. 2º) O Legislativo não governa nem administra, quem esclarece e dirige é o Executivo. O Legislativo necessitaria de direção do Executivo. 3º) É necessário encontrar uma forma de solidarização entre Executivos e as maiorias, afinal o mesmo sufrágio que elege um poder deveria eleger o outro poder. Assim, o presidente reconhecia a legitimidade das maiorias estaduais. 4º) Portanto, o governo federal deveria apoiar as maiorias estaduais e nunca as dissidências locais, assim a situação apoiava a política do presidente incondicionalmente. 5º) A prática para que isso pudesse acontecer foi a Comissão de Verificação de Poderes, ela resolvia casos de dúvida sobre quem havia sido eleito, ou seja, só era eleito quem apoiava o governo, independentemente do número de votos.

Dessa forma, a Comissão de Verificação de Poderes jogava as disputas, bem como a decisão e as insatisfações, do âmbito federal para o estadual. Assim, cabia aos estados a escolha de quem assumiria o poder. Antes, a diplomação era feita pelo deputado mais idoso, a partir de então a diplomação seria feita pelo presidente da Câmara anterior, um governista, garantindo que só assumiria quem fosse da situação, mesmo que fosse o menos votado.

O mesmo sistema de apoio e reciprocidade que existia entre União e estados – política dos governadores – existia entre estado e municípios, baseado no pacto coronelista. O coronel, nos municípios, era uma ponta na cadeia que ia até o presidente da República (CARVALHO, 1998).

Os coronéis colocavam a disposição do governo estadual os votos que controlavam, tanto dos seus dependentes como o do resultado das alianças e apoio conquistado. Em troca o governo estadual permitia que o coronel fosse o verdadeiro dono do município: indicava os ocupantes dos cargos públicos, tinha para seu uso pessoal a polícia, etc. O governo estadual:

[...] prometia-lhes carta branca dentro dos seus estados, desde que se comprometessem a só eleger deputados federais e senadores que estivessem de acordo com o governo federal...Era em escala federal, a mesma combinação existente no plano estadual, entre presidentes e coronéis: dá-me teu apoio e terás carta branca. (QUEIROZ, 2006, P.122)

O arranjo, que consistia em um pacto de apoio recíproco, era frágil e instável, tanto no plano das disputas para condução da política nacional, quanto aos inúmeros conflitos estaduais. As disposições instáveis serão objeto das próximas seções.

V-Pacto oligárquico e conflito: as eleições presidenciais de 1910, 1922 e 1930

A República concretizou-se através da união de civis - principalmente pelos paulistas, organizados no PRP (Partido Republicano Paulista) - e militares. A aliança envolveu também momentos de disputa e cisão. Soma-se a tensão entre civis e militares, as disputas internas das elites regionais, que a cada eleição dependendo do arranjo entre elas o sistema era colocado em risco. Segundo Alcântara (1993) três eleições colocaram em risco o sistema: a de 1910, 1922 e 1930. A última realmente colocou em xeque a Primeira República, resultando na Revolução de 1930.

Dessa forma, nas demais eleições os grupos combinaram-se de modo a conseguir uma aliança hegemônica. Foi assim quando o marechal Deodoro assumiu o Governo Provisório, pois era candidato natural, já que participou da Proclamação (CARDOSO, 2006). Entretanto, sua eleição à presidência da República foi uma imposição da força militar sob o Congresso Nacional. Este fato já deixa claro os atritos que seu governo enfrentaria, o marechal foi perdendo cada vez mais apoio de civis e militares. A situação desgastante chegou ao ápice com golpe dado por Deodoro em 03 de novembro.

A fim de reverter a situação, paulistas uniram-se ao também militar e vice-presidente da República, Floriano Peixoto. Com a participação da Marinha e Exército, em 23 de novembro de 1891 foi exigido a renúncia de Deodoro, que por fim deu-se por vencido. No mesmo dia Floriano Peixoto assumiu, articulado com os paulistas.

A aliança manteve-se, mesmo diante dos muitos questionamentos sobre a legalidade do governo, nas turbulências das Revoltas Federalista e da Armada. O PRP manteve-se firme em torno da legalidade, para enfim ficar com o comando político da nação a partir dos governos seguintes.

Na sucessão de Floriano os civis estavam coesos e os militares divididos, a

conjuntura possibilitou a eleição do primeiro presidente civil: Prudente de Moraes. A eleição deste, a de Campos Sales e Rodrigues Alves, ocorreu sem colocar em risco o pacto oligárquico. São Paulo liderava o processo político, já que os militares se afastaram – por estarem divididos ou por acreditarem que não deveriam participar do processo político (CARONE, 1977).

A escolha do candidato para suceder Rodrigues Alves gerou alguns atritos, mas o sistema não foi colocado em risco. O influente senador gaúcho Pinheiro Machado, que controlava o Congresso Nacional e a Comissão de Verificação de Poderes, vetou que o presidente indicasse o seu sucessor. Pinheiro Machado apoiou a candidatura do mineiro Afonso Pena, que foi eleito.

A sucessão de Afonso Pena gerou problemas mais agudos, o problema sucessório já se inicia em dezembro de 1907 (CARONE, 1977). Afonso Pena queria indicar Davi Campista, mas as lideranças estaduais estavam insatisfeitas com as escolhas do presidente, que nomeou para os ministérios e cargos jovens políticos, preterindo os experientes. Campista, que era Ministro da Fazenda, era impopular e sua candidatura encontrou pouco apoio.

Afonso Pena tentou unir os mineiros em torno da candidatura de Campista, entretanto Bias Fortes deixou claro que estavam desunidos. O problema em Minas Gerais configurava-se na oposição de dois grupos: o das velhas lideranças compostas por Francisco Sales e Bias Fortes, e os jovens privilegiados no governo de Afonso Pena.

Davi Campista também teve apoio dos estados de São Paulo e da Bahia, entretanto, cada vez enfraqueceu-se. O governo baiano e paulista retiraram o apoio e até o presidente, pressionado, declarou não apoiar mais. O desgaste levou Campista a desistir.

Enquanto isso, outra candidatura se fortalecia a do ministro da Guerra, o marechal Hermes da Fonseca. Segundo Carone (1977), Hermes era um dos poucos oficiais que implementou ideias novas no Exército, no Ministério da Guerra construiu novos quartéis e reorganizou o Exército. Hermes teve grande prestígio durante o governo de Afonso Pena, era o mais popular dos ministros. Assim, civis e militares levantaram sua candidatura, mas o marechal relutou em aceitar e não teve apoio do presidente.

Na verdade, segundo Carone (1977), a candidatura de Hermes foi um grande choque para Afonso Pena, causando sua morte em 1909. Os tramites para candidatura prosseguem, uma vez que os militares estão unidos apoiando Hermes, e os civis divididos. De um lado um grupo olha com desconfiança para o marechal, mas aos poucos se aproxima. O gaúcho Pinheiro Machado passa a apoiar a candidatura, “fato fundamental

que se dá, no sentido de reconhecimento da candidatura Hermes da Fonseca, vai ser a pressão de Pinheiro Machado para que os pequenos Estados o aprovem” (CARONE, 1977, p.253).

Os pequenos estados seguem Pinheiro Machado, assim a candidatura Hermes ganha mais aliados. Também juntam-se a estes, os descontentes mineiros opositores de Afonso Pena, como Francisco Sales, o governador mineiro Wenceslau Braz – que foi o vice-presidente da chapa. Soma-se ao apoio de Borges de Medeiros do Rio Grande do Sul, Pará, Amazonas, Maranhão, Ceará, Pernambuco, Rio de Janeiro e Mato Grosso. Estava formada a aliança majoritária.

Entretanto, esquivou-se da aliança o maior estado da federação: São Paulo. Os paulistas não tinham simpatia por uma candidatura militar, uniram-se aos baianos para enfrentar o grupo hegemônico. A eleição de 1º de março de 1910 deu vitória a aliança de Minas Gerais e Rio Grande do Sul.

As eleições de 1914 foram mais tranquilas. São Paulo e Minas Gerais retomaram a aliança, rejeitaram a candidatura de Pinheiro Machado, que desistiu, e escolheram o mineiro Wenceslau Braz. A candidatura contava com os estados do Rio de Janeiro e Pernambuco. A chapa Wenceslau e Urbano Santos, do Maranhão, venceu. Em 1918 com a mesma configuração, Rodrigues Alves e Delfim Moreira se elegeram com apoio dos grandes estados, apenas Bahia e Rio de Janeiro se opuseram.

Contudo, Rodrigues Alves faleceu antes de assumir o governo e são retomadas as negociações para nova candidatura enquanto Delfim governava. Vários nomes são cogitados, mas nenhum trouxe o consenso. A cúpula paulista, então, define uma nova estratégia identificaram “a necessidade de procurar uma nova fórmula, em que fosse excluído também qualquer paulista” (CARONE, 1977, p.332). Decidem indicar um nome notável de um estado fraco, Epitácio Pessoa da Paraíba. Epitácio estava na Europa e recebeu a notícia de sua candidatura com imensa surpresa, voltou para o Brasil presidente da República em 1919.

Os entendimentos das oligarquias dominantes são interrompidos na conjuntura das eleições de 1922, os problemas sucessórias desta não se comparam com os de 1910. A partir da década de 1920 inúmeras manifestações de operários, classes médias, de militares (baixa patentes) contestam o regime, soma-se ainda os crescentes atritos do presidente Epitácio com os grandes estados, e com os militares.

Em 1921 começam as negociações para indicação à presidência. São Paulo e Minas Gerais escolhem o governador mineiro Arthur Bernardes, e a maior parte dos

estado apoiaram, menos o Rio Grande do Sul.

As negociações se fizeram, então, para o vice –presidente da chapa de Bernardes. Apresentaram nomes para vice, o pernambucano José Bezerra e o baiano José J. Seabra. O governador gaúcho advogou em favor de Seabra, entretanto, Bernardes ignorou toda a articulação e indicou Urbano Santos, do Maranhão. O ato atraiu a antipatia da Bahia e Pernambuco.

Enquanto ocorriam atritos na candidatura situacionista, um outro nome começa a ser aclamado, do oligarca do Rio de Janeiro Nilo Peçanha. A ideia da candidatura obteve o apoio de baianos e pernambucanos. Diante da cisão entre as oligarquias dominantes e as médias, Nilo tenta um acordo sugerindo um terceiro nome, que gerasse consenso. Com a negativa, formou-se a Reação Republicana, que lançou a candidatura de Nilo e Seabra. A situação se agrava com apoio do Rio Grande do Sul a Nilo. “A sucessão de Epitácio Pessoa traz a mais grave de todas as crises políticas surgidas até então, num momento em que a deterioração econômica e social é grave – crise em 1920 e greves operárias de 1919 a 1921” (CARONE, 1977, p.348).

A candidatura Bernardes mostra-se impopular enquanto que a de Nilo demonstra simpatia popular (CARONE, 1977)⁴, mesmo assim o PRP mantém Bernardes. Enquanto firmavam-se as candidaturas, o governo federal enfrentava agitações, como conspirações de civis e militares para destituí-lo do poder, o que levou o presidente a conseguir do Congresso o estado de sítio.

As eleições de 1922 dão vitória a Bernardes, entretanto, provoca-se profunda crise. Fica evidente a insignificância da vontade popular e a subjugação dos estados médios. O desgaste era tanto que a própria legitimidade do governo teve que ser imposta pela força, Bernardes assumiu sob estado de sítio, que foi prorrogado até 1926.

A escolha em 1926 ocorreu da mesma forma, entre paulistas e mineiros, mas sem tantas celeumas. O nome do governador de São Paulo, Washington Luiz foi o escolhido e eleito. Os problemas vieram na sucessão, desencadeando o fim da Primeira República em 1930. A quebra do pacto entre São Paulo e Minas, já que os paulistas queriam novamente eleger um dos seus, ocasionou a ruptura do arranjo republicano. A aliança dos tenentes com Vargas e a resistência liberal de Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Paraíba contra Washington Luís impulsionaram a Revolução de 1930.

⁴ Bernardes foi vaiado por todas as ruas da cidade. Posteriormente, ocorrem manifestações populares (classes médias e militares), que mostra que Bernardes não tem a simpatia popular, e sim Nilo Peçanha (CARONE, 1977, p.351-361)

V- Conflitos estaduais

Não alheio as configurações nacionais, que grandes e médios estados compunham, em cada unidade federativa pequenos grupos guerreavam entre si pelo comando político estadual. Tornava ainda mais difícil a conjuntura, a dificuldade das oposições chegarem ao poder por via eleitoral, logo, o caminho mais comum para alternância de oligarquias no poder era o conflito armado.

Os conflitos e as alternâncias no poder variavam de acordo com cada situação estadual. Alguns domínios oligárquicos se caracterizam pela longevidade, como os casos dos estados do Ceará, Pernambuco e Mato Grosso, o que de maneira alguma significa poucos confrontos. Já nos estados da Bahia e Rio de Janeiro várias oligarquias se sucederam.

Os diferentes tipos de domínios oligárquicos e oligarquias tem como característica fundamental a posse de terras com produção voltada para o exterior, como também:

[...] formação de grupos impermeáveis, com raras participações de elementos estranhos, o que resulta comumente em oposição armada e lutas radicais pelo poder; lealdade para com os chefes, companheiros e o partido; em certo grau, culto pela palavra empenhada; domínio sobre os poderes executivo, legislativo e judiciário; emprego de famílias e adeptos para melhor controle e segurança; a não aceitação de neutralidade, obrigando a todos se definirem contra ou a favor (CARONE, 1970, p.268).

Primeiramente, na maioria dos casos, as oligarquias não assumiram o controle político estadual logo depois a Proclamação. Neste primeiro momento haviam vários grupos em conflito, como os republicanos, os militares e monarquistas – liberais e conservadores. O arranjo entre estes grupos foi de forma diversa em cada situação estadual, agravados pelo fato do Governo Provisório nomear para os governos estaduais militares - exceto em São Paulo e Minas Gerais – sobretudo, na Bahia, Rio Grande do Sul e Mato Grosso, pois não se sustentaram.

No caso de São Paulo, Deodoro queria nomear o nome civil para o governo, vindo daí a origem dos atritos que levaram ao rompimento. São Paulo fez seu próprio processo político, por sua vez Deodoro desconsiderou o governo paulista e empossou Américo Brasiliense sem consultar o PRP. Então, ocorreu a cisão entre PRP e o marechal.

Os conflitos estaduais, com as especificidades dos contextos regionais, eram influenciados pelo arranjo na esfera federal. Por exemplo, a disputa entre os civis e os

militares também impactava nos estados. Assim sendo, os acontecimentos como o golpe de Deodoro, sua renúncia e posse de Floriano Peixoto, exigiram tomada de posição por parte dos governantes, e possíveis conflitos entre as esferas federal e estadual significavam chance de obter o comando para as oposições estaduais.

A oportunidade das oposições assumirem o poder estadual ocorreu com a posse de Floriano, que se omitiu perante as ações oposicionistas nos estados. Assim, as derrubadas estaduais foram outro movimento de rearranjo oligárquico, com início a partir de novembro de 1891 até março de 1892, em vários estados foi de forma pacífica, mas não em todos.

Em São Paulo houve manifestações no interior e capital, as pessoas foram para as ruas, o Legislativo intimou que Américo Brasiliense abandonasse o cargo, o que ocorreu em 15 de dezembro de 1891. Em Minas os militares queriam a renúncia do governador Cesário Alvim, depois da pressão feita pelos movimentos populares a renúncia ocorreu em 17 de fevereiro de 1892. No Rio Grande do Sul eclodiu uma revolta militar em 08 de novembro de 1891, Júlio de Castilhos não se sustentou e renunciou em 12 de novembro de 1891. No Rio de Janeiro formaram-se grupos armados exigindo a renúncia do governador Francisco Portela, que renunciou em 9 de dezembro de 1891. Em Santa Catarina ocorreu o mesmo, levantaram-se tropas coronelísticas no interior exigindo que Lauro Müller deixasse o governo, o que aconteceu em 29 de dezembro de 1891.

Nos estados acima houve pressão popular seguida de renúncia, em outros estados houve também conflitos e mortes. Na Bahia, no dia 24 de novembro 1891, foi realizado um comício, organizado por republicanos históricos e militares, mas a reunião fugiu ao controle e o palácio governamental foi tomado, houve tiroteio e mortes. O governador conseguiu escapar e abandonou o cargo. No Pernambuco o governador se demitiu após as manifestações de 26 de novembro e assumiu o vice, que igualmente não suportou as pressões populares e renunciou. Na Paraíba Venâncio Neiga foi deposto pelos militares e pela oposição, começando em fevereiro de 1892 um movimento armado. No Rio Grande do Norte os militares e as oligarquias depuseram o governador em 28 de novembro de 1891 e realizaram-se eleições em fevereiro. No Ceará o confronto ocorreu entre a Escola Militar, florianista, e a polícia, depois que Floriano obrigou as unidades simpáticas ao governador saírem de Fortaleza. Após treze horas de luta, havendo mortes, o governador foi deposto em 17 de fevereiro de 1892, e o vice- governador, que era florianista, assumiu aclamado pelo povo, posteriormente foram realizadas novas eleições. No Amazonas o governador foi deposto, após um conflito armado com mortes. No Mato Grosso o

governador foi deposto pelos militares, que assumiram o governo.

Alguns longos domínios oligárquicos iniciam-se entre os anos de 1891 a 1896 e tem a ruptura em 1911-1912. A seguir, abordamos as situações estaduais, divididas em dois blocos: o primeiro de 1889-1911, e segundo de 1911-1930.

O estado do Pernambuco teve predomínio do oligarca Rosa e Silva (1896-1911), até a ascensão do general Dantas Barreto, que tornou-se uma liderança no Nordeste. Rosa e Silva tinha sido político no Império, pertencido ao Partido Conservador, e com a República foi retirado de seu domínio. O retorno ocorreu com a aproximação com o governador Barbosa Lima em 1892, a partir de então foi voltando para o comando político estadual. Rosa e Silva não controlava uma oligarquia familiar, exercia seu mando à distância e enfrentou a oposição de José Mariano, Barão de Lucena (ex-ministro no governo Deodoro) e Martins Júnior.

A pausa – e enfraquecimento – da oligarquia Rosa e Silva ocorreu em 1911, com a eleição estadual. Hermes da Fonseca era o presidente, e em seu governo começaram as “salvações do norte”, que foi a tentativa dos militares acabarem com domínios oligárquicos. Os candidatos ao governo de Pernambuco foram Rosa e Silva e o general Dantas Barreto, o presidente decidiu apoiar Dantas Barreto, que além de militar, era de seu partido. Realizadas as eleições, Dantas Barreto venceu no interior e Rosa e Silva na capital, começaram, então, os confrontos entre os populares e a polícia, após dois meses de conflitos Dantas foi diplomado e assumiu o governo estadual.

O caso do estado do Ceará foi similar ao de Pernambuco, em que a renovação da elite ocorreu em 1912, com apoio de Dantas Barreto. Desde 1896 até 1912 os Acioli comandaram o estado, o oligarca se estabeleceu ainda no Império, quando o líder do Partido Liberal deixou como herdeiro político seu genro Antônio Acióli. Proclamada a República, Acióli perdeu o poder, mas elegeu-se em 1896 governador, quando tomou medidas como a promulgação de sua reeleição e perseguiu violentamente os opositores.

A eleição de 1912 foi uma oportunidade para a oposição. O presidente Hermes da Fonseca apoiou o coronel Franco Rabelo, a oposição se aglutinou em torno deste. Tentando lutar contra a conjuntura favorável a oposição, Acioli arregimenta jagunços. A população reagiu com violência para pressionar a renúncia de Acioli, que finalmente fugiu. A eleição se realizou com vitória fácil de Franco Rabelo em 1912.

O estado do Alagoas teve dezessete anos dominação oligárquica de Euclides Malta. O prestígio do oligarca foi construído no Império, devido ao casamento com a filha

do chefe político estadual, tornando-se seu herdeiro político. Em 1892 foi vice-governador, em 1894 governador, a partir de então sua família passou a governar.

Na eleição de 1912 apresentou-se o general Clodoaldo da Fonseca, irmão do presidente. Entretanto, Malta não se entregou facilmente, usou a polícia para acabar com os comícios da oposição, que viraram combates, atingindo ápice com as mortes em março de 1912. Finalmente Malta renuncia, e as eleições de junho dão vitória a Clodoaldo.

Os estados do Rio Grande do Norte e Paraíba tiveram domínio oligárquico por dezenove anos. No Rio Grande do Norte Pedro Velho foi o oligarca desde 1892 até 1911. A Paraíba tem duas oligarquias dominantes no período, após um curto predomínio de Venâncio Neiva de 1889 até 1892, e em 1892 inicia-se o predomínio de Álvaro Machado até 1912. A partir deste ano, Epiácio Pessoa – influente político articulado com o presidente – impediu que se lançasse um candidato militar, como queria Dantas Barreto, sendo eleito um civil inicia-se o comando estadual de Epiácio Pessoa.

No Pará teve domínio oligárquico de dezenove anos, mas iniciou-se em 1889, e durou até 1908. O oligarca também iniciou a carreira no Império, Antônio Lemos foi do Partido Liberal, ocupou cargos importantes na República e elegeu-se intendente municipal de Belém continuamente até 1908.

No estado do Mato Grosso o domínio dos Murtinho durou quase vinte anos (1891-1911). Deodoro indicou o militar Antônio M. Correa para governo estadual, e até 1891 os militares mantiveram-se no poder, quando foi eleito Manuel Murtinho. Em 1892 ocorreu um levante armado, no qual os militares retomaram o governo, entretanto, as oligarquias contra atacaram, e retornam neste ano. Os Murtinho mantiveram-se no poder até a morte de Joaquim Murtinho, mas o período não foi de calmaria, houve levantes armados e o assassinato do governador em 1906.

O estado do Amazonas desde o começo do século o comando político estava com a família Nery. Em 1908 elegeu-se Antônio. C. R. Bitencourt, ligado aos Nery. O problema surgiu quando Bitencourt não apoiou a candidatura de Hermes, como queria a oligarquia. O vice-governador e os militares pressionam para renúncia do governador, que se recusou. Como represália os militares começam os bombardeios em Manaus, sem saída Bitencourt fugiu da cidade e tentou pedir auxílio federal. O vice-presidente Nilo Peçanha, que assumiu com a morte de Afonso Pena, reprovou o ocorrido e repôs o governo.

Ao contrário dos longos domínios oligárquicos, os estados da Bahia e do Rio de Janeiro tiveram predomínios mais dinâmicos, existindo um revezamento. O caso da Bahia

foi de intensos conflitos, o estado não aceitou a Proclamação da República e um acordo levou ao governo Manuel Vitorino, e a partir de então várias oligarquias se sucederam, a de Luís Viana, Severino Vieira, José Marcelino, José J. Seabra.

De 1896 a 1900 o controle político esteve nas mãos de Luís Viana. A eleição de 1900 teve a interferência do presidente Campos Sales, que indicou Severino Vieira. Vieira venceu, iniciando seu predomínio até 1908, aliando-se a José Marcelino. Na eleição de 1908 Vieira e Marcelino iriam indicar juntos o próximo candidato baiano, mas Vieira desistiu e cada um indicou um nome. A verificação da eleição foi feita com jagunços, e a Assembleia diplomou o candidato de Marcelino, Araújo Pinho.

O governador Araújo Pinho foi apoiado por uma importante liderança baiana, José J. Seabra. Contudo, Pinho e Seabra romperam e divergências acirram os ânimos na eleição da prefeitura de Salvador. Nesta eleição ambos indicaram candidatos, e os dois lados declaram-se vencedores. Seabra une-se a Luís Viana, e o candidato a intendente seabrista assumiu. Os aliados do governador Pinho começam, então, a se cindir e Pinho renúncia. O vice-governador Aurélio Viana assumiu e a Bahia passou por momentos conturbados, as forças oposicionistas e governistas levaram a conflitos armados, em que Salvador foi bombardeada. Vianna renunciou duas vezes, a população levantou-se contra o governador. Por fim, José J. Seabra conseguiu fazer o governo eleito em 1912.

Quanto ao Rio de Janeiro, igualmente houve alternância de oligarquias, no estado situava-se a capital federal, fato que o deixava vulnerável diante da interferência do governo federal. A oligarquia formada por Portela e Porciúncula predominou até 1899, ano em que a cisão possibilitou o declínio de ambos. Assumiu o governo fluminense Alberto Torres, e sua sucessão implicou em problemas, mas o presidente Campos Sales – auxiliado por Nilo Peçanha – indicou Quintino Bocaiuva. A partir de então, Nilo Peçanha começou seu domínio oligárquico, mesmo com impasses de tentativas do governo federal intervir foi sua vontade que foi seguida.

No que se refere aos longos domínios abordados, apresentam alguns pontos em comum como período coincidente, com início de domínios oligárquicos entre os anos de 1891-1896 e o término em 1911-1912. Como ocorreu com Pernambuco (1896-1911), Ceará (1896-1912), Alagoas (1894-1912), Rio Grande do Norte (1892-1911), Mato Grosso (1891-1911) e Paraíba (1892-1912).

Chama atenção o fato de muitos políticos terem iniciado a carreira no Império, o que mostra que a República ampliou o domínio de grupos que estavam em ascensão ou já estabelecidos. Foram os casos de Rosa e Silva, Antônio Lemos, Antônio Acióli e

Euclides Malta, os dois últimos obtiveram posição herdeiros políticos através de casamento com as filhas dos chefes estaduais, demonstrando a relevância do casamento para ascensão política.

Outro ponto que merece destaque foi o constante atrito entre civis e militares, permeando as subidas e as retiradas de grupos. Exemplo deste movimento foi quando oligarcas, que iniciaram a vida política no Império, tiveram carreiras interrompidas com a Proclamação. A interrupção ocorreu em Mato Grosso com o governo de Antônio Maria, no Pernambuco com Rosa e Silva e no Ceará com Acióli.

Se o começo do domínio oligárquico abrange datas próximas, o fim ou a interrupção foi quase unânime entre 1911 e 1912. O próprio término, ou pelo menos a pausa, decorreu dos atritos entre civis e militares. A principal motivação foi a reação dos militares contra as oligarquias, que pela força impôs governo no Ceará, Pernambuco e Alagoas. Diferem a motivação os casos de Paraíba e Mato Grosso, pois o término deveu-se a morte dos oligarcas.

A década de 1910 e 1920 continuaram os conflitos regionais, agravados pelos questionamentos e reivindicação contra a República Oligárquica, que deixou a situação mais crítica levando ao seu fim em 1930.

No Ceará o coronel Franco Rabelo cercava-se se oposicionistas, sobretudo o aciolismo e o padre Cícero – influente coronel. Rabelo deixou de indicar nomes para o governo, provocando rompimentos. Após 4 meses de governo, a Assembleia queria cassar o governador. A população reagiu em apoio a Rabelo e cercou o prédio lutando contra os capangas de Acioli (incendeiam suas propriedades), mas o apoio popular não importava à época, pois a oposição se uniu contra o governador. Em dezembro de 1913 os coronéis iniciam movimento armado para retirada do governo, ocorrem os combates. Os oposicionistas venceram e avançaram sobre a capital. A vitória com a posse de Setembrino de Carvalho em 1914, significou o retorno de Acioli, entretanto mais enfraquecido.

O ano de 1914 ocorreram conflitos no Rio de Janeiro, que tem implicações importantes como o assassinato do senador Pinheiro Machado. Este senador pretendia candidatar-se à presidência em 1910 e o governador fluminense o apoiou. Entretanto, o governador Oliveira Botelho havia sido eleito com apoio de Nilo Peçanha, que não apoiava a candidatura de Machado, então, ocorreu o rompimento.

A cisão se agrava com as eleições em julho de 1914. Oliveira Botelho indicou Feliciano Sodré, e Nilo se candidatou, feitas as eleições os dois lados se consideraram

vencedores e formaram duas Assembleias. Nilo conseguiu que a Comissão de Verificação de Poderes o diplomasse, e com auxílio de tropas federais tomou posse janeiro de 1915. A oposição pediu intervenção federal, e o senador Pinheiro Machado tentou apressar o processo, por sua interferência no Rio de Janeiro foi quase massacrado pela multidão. Continuaram as negociações sobre o impasse fluminense, o Senado votou a favor de Sodré, e aprovou-se a intervenção federal, mas a resolução de fato era prolongada pelos nilistas, enquanto Machado tenta apressá-la. Em setembro nilistas apunham pelas costas Pinheiro Machado, e em dezembro Nilo consegue a vitória, assumindo o governo.

No estado de Mato Grosso voltam os conflitos que resultam na intervenção federal em 1917. Depois a morte de Joaquim Murinho em 1911, disputam o comando Antônio Azeredo e Pedro Celestino, este rompeu com PRC (Partido Republicano Conservador) e fundou o PRMG (Partido Republicano Mato-Grossense).

Em 1915 elegeu-se Caetano Manoel Faria e Albuquerque pelo PRC, no governo Caetano toma atitudes independente, desagradando a Assembleia. A casa, majoritariamente formada pelo PRC, rompeu com governador, então, Caetano aproxima-se de Pedro Celestino. Em agosto de 1916 eclodem conflitos entre os dois lados, e ambas partes formam Assembleias. Em dezembro foi decretada intervenção federal, assumindo o interventor em 1917. Então, Antônio Azeredo e Pedro Celestino fazem acordo e laçam Dom Aquino Corrêa como governador.

Apresentaram também problemas sucessórios no Pará, Espírito Santo, no Alagoas – tomam posse dois governadores, no Amazonas ocorreu deposição e reposição do governador, e Piauí. Enquanto que internacionalmente começava a I Guerra Mundial, e no Brasil o estado de sítio durou até o final do conflito.

A partir dos anos 20 as dinâmicas estaduais se agravam ainda mais, entre os anos de 1919 a 1922 convulsionaram os estados da Bahia, Pernambuco e Amazonas. A partir de então os problemas nos estados se relacionam com as reivindicações das classes médias e dos tenentes, como em 1922 e 1924, que foram fortes contestações ao regime republicano. Ocorreram as Revoluções de 1922, no Rio de Janeiro e Mato Grosso; e na Revolução de 1924, com liderança de São Paulo e participação dos estados de Mato Grosso, Sergipe, Pará, Amazonas e Rio Grande do Sul.

No Pernambuco Dantas Barreto fez seu sucessor Manuel Borba em 1915, no ano seguinte deu-se o rompimento, uma vez que uma reforma deu plenos poderes ao presidente do diretório do Partido Democrático, Dantas Barreto. Na sucessão de Borba, que ocorreria em 1919, o candidato da situação foi José Bezerra, e o opositorista Rosa

e Silva, com apoio de Dantas. Ocorreram conflitos de militares insatisfeitos, mas foram enviadas tropas federais que garantiram a posse de José Bezerra.

O conflito no Amazonas em 1919 levou o estado a triplicidade de Assembleias Legislativas. O presidente Epitácio foi procurado para indicar um nome neutro, já que havia conflitos entre a Assembleia e o governador Alcântara Bacelar. A situação indicou Rego Monteiro, gerando tamanho descontentamento que mais dois nomes se candidataram. Em julho depois das eleições os três se declaram vencedores, e formam suas respectivas Assembleias. Bacelar consegue que o presidente da República não intervira no estado, e invade a Assembleia proclamando Rego Monteiro eleito.

Na Bahia rompeu conflito em 1920, o presidente Epitácio declarou-se neutro e ocorreram intensos combates. O problema se iniciou com a sucessão de Antônio Moniz, que elegeu-se com apoio de José Seabra. Associação Comercial de Salvador indicou o juiz Paulo Fontes, e Seabra se candidatou. As eleições se realizam em dezembro de 1919, e em janeiro começam no interior combates entre governistas e opositores, grandes coronéis lutaram por Fontes, que derrotam as forças estaduais. Em 23 de fevereiro é decretada intervenção federal na Bahia, o interventor federal conversou pessoalmente com cada coronel para conseguir uma trégua, com a paz feita, toma posse Seabra.

O caso de Pernambuco em 1922 foi um dos atos de rebeldia militar ao presidente Epitácio, que já havia ocorrido no Maranhão e no Rio, com a rebelião de oficiais e marinheiros. O governador pernambucano José Bezerra tentou fazer conciliação entre as várias facções estaduais, a saber Manoel Borba, Dantas Barreto, Rosa e Silva, Estácio Coimbra. Porém, o falecimento do governador em março gerou uma nova composição entre as forças. Barreto, Coimbra - vice-presidente da República e Pessoa de Queiroz (parentes de Epitácio) fazem um acordo de lançar candidato Eduardo Castro. Enquanto que Rosa e Silva e deputados estaduais indicam José Cunha.

Em maio de 1922 as eleições ocorreram, e os dois lados acreditavam ter vencido, no dia 29 começou o enfrentamento. José Cunha se apoiava na simpatia popular e nas tropas coronelísticas, e Castro no apoio federal. Os quartéis são atacados, e no Rio os militares interpretam como uma cilada armada pelo presidente contra os militares, já a população se opõe a atuação destes. Após os confrontos as duas facções entraram em acordo e lançam um terceiro candidato ao governo.

Como citado, dos estados partiram manifestações contra o regime, feitos pela classe média, operários e militares. Segundo Carone (1977) o fato de após 1910 começarem a existir no Rio Grande do Sul e São Paulo movimentos independentes dos

Partidos Republicanos, mostra que o sistema oligárquico enfraquecia-se. Mas o problema que causa o fim do regime decorreu da quebra do pacto oligárquico, que se iniciou com a sucessão de Washington Luiz.

A formação de partidos oligárquicos opositoristas e agrupamentos das lideranças tenentistas no exílio são fatores sintomáticos do fenômeno de contestação que vai se criando, mas, no momento, não significam perigo ao situacionismo dominante. O fundamental é que eles irão se somar à cisão das cúpulas oligárquicas, permitindo à Aliança Liberal maior reforço e maleabilidade de ação (CARONE, 1977, p.413).

Os desentendimentos entre as oligarquias tem participação central do estado do Rio Grande do Sul. O estado mais ao sul do Brasil foi palco da Revolução Federalista (1893-1895), e inúmeros conflitos. O estado ganhou importância e ocupou posição da Bahia – diante das turbulências coronelísticas – com a liderança nacional de Pinheiro Machado (RESENDE, 2003). No predomínio estadual estiveram Júlio de Castilhos e Borges de Medeiros. A posse de Getúlio Vargas na presidência do estado em 1928, acabou com os 25 anos nos quais Medeiros esteve no governo estadual.

Enquanto isso, em Minas Gerais foi eleito para governo estadual Antônio Carlos Ribeiro de Andrada. Seu governo foi inovador, instituindo o voto secreto, reforma do ensino, além da oposição ter alguma liberdade. Antônio Carlos tinha pretensões de se candidatar à presidência da República, já que Washington Luiz era ligado aos paulistas e o presidente anterior foi o mineiro Arthur Bernardes, logo a aliança Minas e São Paulo deveria lançar candidatura de um mineiro.

Entretanto, os rumores e as atitudes de Washington Luiz não corroboravam com as expectativas de Antônio Carlos. Apontam-se nomes de Altino Arantes e Getúlio Vargas, ministro da Fazenda, ainda mais, quando o PRP fez um banquete em homenagem ao paulista Júlio Prestes, no qual participou o gaúcho Flores da Cunha.

De acordo com Carone (1977) o presidente da República tinha antipatia pelo governador mineiro, já Júlio Prestes era seu amigo pessoal. Diante da desconfiança que Washington não o apoiaria, Antônio Carlos se aproximou do Rio Grande do Sul para um acordo: lançar um gaúcho com apoio de Minas para forçar o presidente abandonar Júlio Prestes. Os dois estados fazem aliança, formando a Aliança Liberal em 1929, que consistia no acordo entre Minas Gerais e Rio Grande do Sul lançar Vargas pelo PRM, com o vice João Pessoa, da Paraíba.

O PRP lançou a candidatura de Júlio Prestes e Vital Soares, da Bahia, obtiveram apoio da maioria dos estados. Enquanto os paulistas tinham apoio das oligarquias estaduais, a Aliança Liberal encontrou apoio do eleitorado urbano, pois defendiam o voto secreto e anistia para presos políticos.

A eleição em março de 1930 deu vitória a Júlio Prestes, que assumiria em novembro. Carone (1977) mostra como as lideranças da Aliança Liberal tinham repugnância a ideia da Revolução, mas quando Borges de Medeiros declarou aceitar a vitória de Júlio Prestes seus aliados se desagradaram, pois a vitória aparentava decorrer de fraudes e violências.

Quando os líderes da Aliança Liberal, inclusive Vargas, já reconheciam a vitória de Prestes, algo inesperado mudou a situação. Problemas locais, não relacionados a eleição presidencial, levam ao assassinato de João Pessoa em julho. A morte do vice de Vargas reativou o movimento.

Começam, então, as articulações para a Revolução de 1930. A oligarquia dissidente que outrora não simpatizavam com as reivindicações feitas pelos tenentes, nesse momento, considera-os aliados para alcançar seus objetivos. Minas e Rio Grande do Sul entraram em acordo para a feitura da Revolução, que ocorreu em 03 de outubro de 1930 iniciando no mesmo horário nos dois estados, somados aos estados de Santa Catarina e os da região Nordeste. Os únicos estados que resistiram foram São Paulo, Rio de Janeiro, Pará e Bahia.

No Rio de Janeiro preparou-se a retirada de Washington Luiz, a cúpula militar formou uma junta e definiram a atuação. Em 24 de outubro de 1930 as tropas cercaram o presidente Washington Luiz, que se entregou depois. A Junta assumiu o governo e passou o poder para Getúlio Vargas em 04 de novembro de 1930. Começava a partir daí anos marcantes na história política brasileira: a Era Vargas.

Na formação social do país, existia uma contradição básica entre o setor agrário exportador, representado pelo latifúndio semifeudal, associado ao imperialismo, e os interesses voltados para o mercado, representado pela “burguesia”. A classe média, identificada com os movimentos militares, assumiu o papel de vanguarda das reivindicações burguesas (FAUSTO, 1995, p.319)

Dessa maneira, a Revolução de 30 criou condições para a rápida expansão do capitalismo no Brasil. E a Vargas coube a missão histórica da condução do país da

agricultura para a indústria (ALCANTÁRA, 1993), assim como a formação do Estado nacional brasileiro.

II- Conclusão

Os estados brasileiros - com vínculo restrito nos quais abstrações como nação e a união das partes são questões frágeis – decidem, sob liderança da elite fluminense, manter-se unidos em uma Monarquia. Mas o desejo das elites dominarem politicamente sem interferências em seus estados, bem como a mudança do eixo econômico para São Paulo, faz com que as elites optem pela República em 1889.

Como São Paulo tinha a força econômica e Minas Gerais peso político, juntos os dois estados comandaram os rumos do país. Na Primeira República fica evidente a falta de coesão das unidades federativas, e geraram três realidades republicanas diferentes:

- 1- São Paulo e Minas Gerais: eram mais forte que a União, e comandavam a política nacional.
- 2- Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco e Rio Grande do Sul: são estados médios, que viravam o jogo quando os dois estados condutores se desentendiam. A Bahia devido aos inúmeros conflitos coronelísticos vai perdendo lugar para o Rio Grande do Sul, considerado pela literatura o terceiro estado mais importante na hierarquia federativa. Já os estados de Pernambuco e Rio de Janeiro também somavam às configurações políticas nacionais.
- 3- Demais 14 estados: tinham menor peso que a União, pois dependiam financeiramente do governo federal. Por esta razão, a esfera federal envolvia-se várias vezes nas suas questões políticas, bem como também tiveram intervenções federais.

Dessa maneira, notamos que entre os estados médios e os pequenos, embora tenha ocorrido lutas em ambos casos, nos primeiros existe um agravante. Os estados médios tem mais influência na esfera federal, logo, existiu maior número de nomes de relevância nacional para interferir no estado. Por exemplo, na Bahia existia nomes fortes como Luís Viana, Severino Vieira, José Marcelino, José J. Seabra e Rui Barbosa. Todas estas forças tinham que se compor na aliança, além da configuração interna coronelista ser complicada. Os estados de Mato Grosso e Paraíba tiveram em toda Primeira República dois filhos ilustre cada. Os mato-grossenses Joaquim Murtinho e Antônio Azeredo

tiveram se compor com as lideranças locais, do mesmo modo que os paraibanos Venâncio Veiga e o presidente Epitácio Pessoa.

O fato da oposição não chegar ao poder por via eleitoral, devido a política dos governadores e a Comissão de Verificação de Poderes, tornava o período violento, visto que a alternância na maioria das vezes ocorria por conflitos armados. Fica explícito no período como o sistema de apoio mútuo e reciprocidades eliminava a competição eleitoral, e como as eleições eram supérfluas, pois os resultados simplesmente não eram aceitos, existindo vários casos de dupla e tripla Assembleias, duplos governos estaduais. Os problemas das sucessões eram resolvidos ou na força física ou em um arranjo hegemônico, eram estas as formas de selar os resultados eleitorais.

Outro fator que se destaca é a irrelevância da preferência dos governados, pouco importava a opinião popular. Assim, o presidente Epitácio não precisou nem estar no país para ser eleito, voltando ao Brasil presidente da República. E a permanência do impopular presidente Bernardes, que governou na maioria do tempo com estado de sítio, enquanto a candidatura de Nilo Peçanha era mais popular. Da mesma forma foi o apoio da população urbana ao candidato da Aliança Liberal Getúlio Vargas, que após derrota eleitoral – resultado frequente para as oposições- pela Revolução acabaram com a Primeira República.

Referências Bibliográficas

ABRUCIO, Fernando L. *Os Barões da Federação: os governadores e a redemocratização brasileira*. São Paulo: Editora HUCITEC – Departamento de Ciência Política da USP, 1998, p. 253

_____. A Coordenação Federativa no Brasil: A experiência do governo FHC e os desafios do governo Lula. *Revista de Sociologia e Política*, nº24. Curitiba:UFPR. P.41-67.

ALCÂNTARA, Aspásia B. C. La Federación Sometida. Nacionalismo Desarrollista e Inestabilidad Democrática. In: CARMAGNANI, Marcelo (Org.). *Federalismo Latinoamericanos: México, Brasil, Argentina*. Cidade do México: Fondo de Cultura Economica, 1993, p.300-362.

CARDOSO, Fernando H. Dos Governos Militares a Prudente - Campos Sales. In: FAUSTO, Boris (org). *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo III, vol. 8. Rio de Janeiro, 2006.p. 17-57

CARONE, Edgar. A República Velha (Instituições e Classes Sociais) São Paulo: Difusão Européia do Livro. 1970.vol.1 392p.

_____. A República Velha (Evolução Política) São Paulo: Difel. 3ªed. 1970.vol.2, 508p.

_____. *A Primeira República (1889-1930)*. 1ªed., São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1969.

CARVALHO, J. M. Federalismo Y Centralizacion En El Imperio Brasilenio: Historia Y Argumento. In: CARMAGNANI, Marcelo (Org.). *Federalismo Latinoamericanos: México, Brasil, Argentina*. Cidade do México: Fondo de Cultura Economica, 1993, p.51-80.

_____. *Os Bestializados: O Rio de Janeiro e a República que não foi*. Rio de Janeiro: Cia - Companhia das Letras, 1987, p.216.

_____. Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: Uma Discussão Conceitual. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 40, n.2,1997.Disponível em <www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52581997000200003&lng=pt&nrm=iso> acessos em 01 abr. 2010. doi: 10.1590/S0011-52581997000200003

DAHL, Robert. “A Critique of the Ruling Elite Model”. *The American Political Science Review*, v. 52, n. 2, 1958, p. 463-469.

FAUSTO, Boris. A revolução de 1930. In: MOTA, Carlos G. (org). Brasil em perspectiva. 20 edº. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

GRYNSZPAN, Mario. “A Teoria das Elites e sua Genealogia Consagrada”. *BIB*, n. 41, p. 35-83, 1996.

HOLANDA, Sérgio Buarque. Raízes do Brasil. 26ºed., São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, Enxada e Voto: o município e o regime representativo no Brasil*. 2ºed. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1975. 257p.

LIJPHART, Arend. Modelos de Democracia. Desempenho e Padrão de Governo em 36 Países. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2003.

LOVE, Joseph L. Federalismo y Regionalismo em Brasil, 1889-1937. In: CARMAGNANI, Marcelo (Org.). *Federalismo Latinoamericanos: México, Brasil, Argentina*. Cidade do México: Fondo de Cultura Economica, 1993, p.180-223

MILLS, Charles Wright. *A elite do poder*. 3ºed. Rio de Janeiro: Zahar, 1975. p.421

MOSCA, Gaetano. La Clase Política. In: , *Diez Textos Básicos de Ciencia Política*. P.23-36.

RESENDE, Maria Efigênia Lage. O Processo político na Primeira República e o Liberalismo oligárquico. In: FERREIRA, Jorge. DELGADO, Lucila A. N. (ORGS.) *O Brasil Republicano Livro I*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. P.89-120.

SANTOS, Fabiano. *O poder legislativo no presidencialismo de coalizão*. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

SHUMPETER, Josef A. Capitalismo, Socialismo e Democracia. Rio de Janeiro: Zahar Editores. 1984. 534p.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira. *O Mandonismo Local na Vida Política Brasileira e outros ensaios*. 1ºed., São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1976.

_____. O Coronelismo Numa Interpretação Sociológica. In: *História Geral da Civilização Brasileira*. 2ºed., São Paulo: DIFEL, 1977, p.155-188.

VÁZQUEZ, Josefina Z. El Primer Federalismo. In: CARMAGNANI, Marcelo (Org.). *Federalismo Latinoamericanos: México, Brasil, Argentina*. Cidade do México: Fondo de Cultura Economica, 1993, p. 15-50.